

São Paulo, 25 março de 2024.

Ao

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA RP SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. – DATA BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Prezados senhores:

A **RP Sociedade de Crédito Direto S.A.** apresenta as Demonstrações Contábeis Individuais para a data-base 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de cumprir as exigências da Resolução BACEN no 4.818/2020, Resolução BCB no 2 e Instrução Normativa BCB no 236.

Os documentos contidos nesse arquivo são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas, Relatório da Auditoria Independente e Relatório da Administração, além desta Carta de Apresentação.

A Administração   responsável por estas Demonstrações Contábeis, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e, apresentadas de acordo com a referida estrutura de relatório financeiro, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Gustavo Victorica
BB1D477DCCBD464...

Gustavo Javier Victorica
Diretor sem Designa o
Específica

DocuSigned by:
Fabio Shibuya
0CC6BE29677D43E...

Fabio Jun Shibuya
Diretor sem Designa o
Específica

DocuSigned by:
Claudio Fernandes Sales
85AB50027E2A45F...

Claudio Fernandes Sales
Contador
CRC 340061/O-2

***RP Sociedade de
Crédito Direto S.A.***
***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Sumário

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Relatório da Administração Em 31 de dezembro de 2023

Senhores acionistas:

A Administração RP Sociedade de Crédito Direto S.A. (“RP SCD” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A RP SCD foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021. De acordo com a Resolução nº 5.050, de 25 de novembro de 2022 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a RP SCD tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Além desta atividade, também fazem parte do escopo a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, cessão de créditos a fundos de investimentos e securitizadoras; e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas.

Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2021. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A Companhia, iniciou suas atividades operacionais no segundo semestre de 2022, apresentamos abaixo seus principais números em relação ao exercício de 2023:

Patrimônio líquido e resultado

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 3.117 milhões (R\$ 3.441 milhões em dezembro de 2022). O resultado apresentado em dezembro de 2023 foi prejuízo de R\$ 324 mil (R\$ 949 mil em dezembro de 2022).

Ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 3.560 milhões (R\$ 3.704 em dezembro de 2022) e total de passivo no montante de R\$ 443 mil (R\$ 263 mil em dezembro de 2022).

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Diretor Presidente e Financeiro
Gustavo Javier Victorica

Contador
Claudio Fernandes Sales
CRC SP-340061/O-2



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RP Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Desenquadramento do requerimento de capital e plano de adequação

Chamamos atenção para a Nota 18(d), que aborda o descumprimento do requerimento de capital pela Instituição em 31 de dezembro de 2023, assim como o plano de readequação de capital elaborado pela administração em conjunto com seu acionista controlador indireto para a realização de aportes de capital e adoção das medidas necessárias para garantir o cumprimento do referido requerimento de capital estabelecido pelo Banco Central do Brasil e o plano de negócio da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício anterior

Os exames das demonstrações contábeis do semestre e exercício findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria em 25 de agosto de 2023 e 29 de março de 2023, respectivamente, sem ressalvas.



RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Marcelo Luis Teixeira Santos
CPF: 042.802.181-7
Pessoa Física
Datahora de Assinatura: 25 Março 2024 | 10:19:38RT
O CFP de aut. O2: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C.006
Emissão: AC 0282434 010-01
F: 40881880F 45488

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	557	2.169
Disponibilidades		557	2.169
Instrumentos financeiros		2.198	1.473
Operações de crédito	5	6.594	992
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6	(4.745)	(235)
Outros ativos financeiros	11	349	716
Ativos fiscais	7a	-	7
Impostos e contribuições a compensar		-	7
Outros ativos	8	609	55
Valores a receber de sociedade ligadas		204	35
Devedores diversos no país		405	20
Imobilizado de uso		196	-
Imobilizado em estoque		196	-
Total do Ativo		3.560	3.704
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações fiscais	7c	78	6
Impostos e contribuições a recolher		78	6
Outras obrigações	9	365	257
Provisão para pagamentos a efetuar		207	89
Valores a pagar a sociedades ligadas		158	165
Credores diversos no país		-	3
Total do Passivo		443	263
Patrimônio Líquido			
Capital social	10	4.501	4.501
Prejuízos acumulados		(1.384)	(1.060)
Total do Patrimônio Líquido		3.117	3.441
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.560	3.704

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	13	5.582	7.706	151
Receita de operações de crédito		5.582	7.706	118
Resultado de títulos e valores mobiliários		–	–	33
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas		5.582	7.706	151
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6	(2.974)	(4.530)	(235)
Resultado da intermediação financeira		2.608	3.176	(84)
Outras receitas (despesas) operacionais		(885)	(2.094)	(865)
Rendas por tarifas bancárias		131	185	–
Despesas de pessoal	14	(516)	(1.501)	(737)
Despesas administrativas	15	(246)	(414)	(108)
Despesas tributárias	16	(272)	(376)	(7)
Outras receitas operacionais		20	20	–
Outras despesas operacionais		(2)	(8)	(13)
Resultado operacional		1.723	1.082	(949)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.723	1.082	(949)
Imposto de renda e contribuição social	7d	(1.164)	(1.406)	–
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercícios		559	(324)	(949)
Número de Ações Integralizadas		2.625	2.625	2.625
(Prejuízo)/Lucro por Ação do Capital Social - R\$		0,21	(0,12)	(0,36)

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente****Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro****(Em milhares de reais)**

	<u>2º semestre 2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercícios	559	(324)	(949)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	<u>559</u>	<u>(324)</u>	<u>(949)</u>

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Capital social		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Integralizado e subscrito	A Integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.501	-	(111)	1.390
Aumento de capital	3.000	-	-	3.000
Prejuízo do exercício	-	-	(949)	(949)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.501	-	(1.060)	3.441
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.501	-	(1.060)	3.441
Aumento de capital	6.000	(6.000)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(324)	(324)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.501	(6.000)	(1.384)	3.117
Saldos em 30 de junho de 2023	4.501	-	(1.943)	2.558
Aumento de capital	6.000	(6.000)	-	-
Lucro do semestre	-	-	559	559
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.501	(6.000)	(1.384)	3.117

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre/exercícios		559	(324)	(949)
Ajustes ao resultado		2.974	4.530	235
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	2.974	4.530	235
Variações nos Ativos e Passivos		(3.060)	(5.622)	(118)
(Aumento) Redução - Títulos e valores mobiliários		–	–	1.572
(Aumento) Redução - Operações de crédito		(2.506)	(5.622)	(992)
(Aumento) Redução - Outros ativos financeiros		(170)	367	(716)
(Aumento) Redução - Outros ativos		(335)	(554)	(54)
(Aumento) Redução - Ativos fiscais		1.177	1.413	3
(Redução) Aumento - Obrigações fiscais		(188)	72	6
(Redução) Aumento - Outras obrigações		126	108	73
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(1.164)	(1.406)	(10)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		473	(1.416)	(832)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(196)	(196)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(196)	(196)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	10	–	–	3.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		–	–	3.000
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa		277	(1.612)	2.168
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		280	2.169	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		557	557	2.169
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de caixa		277	(1.612)	2.168

As notas explicativas são parte das demonstrações contábeis.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

A RP Sociedade de Crédito Direto S.A. (“RP SCD” ou “Companhia”) foi constituída em 20 de outubro de 2020 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 5º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-905, Brasil. De acordo com a Resolução nº 4.656/2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a RP Sociedade de Crédito Direto tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Além desta atividade, também fazem parte do escopo a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, cessão de créditos a fundos de investimentos e securitizadoras; e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas.

Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2021. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

Continuidade operacional: Em 08 de outubro de 2021, a RP SCD recebeu as autorizações necessárias pelo Banco Central do Brasil para atuar como Sociedade de Crédito Direto. Sua operação no mercado de varejo teve início no segundo semestre de 2022. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

A RP SCD é integrante do Conglomerado Prudencial RecargaPay IP (“Conglomerado”), em conjunto com o RecargaPay I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e RecargaPay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empréstimos I, sendo sua controladora RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda. Líder do conglomerado.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 1.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da RP SCD evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Na elaboração das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, foi considerado o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 02/2020 do BACEN, as quais estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, e conforme opção prevista no artigo 23º da Resolução BCB nº 02/2020, a RP SCD optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela diretoria em 25 de março de 2024.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação.

b) Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2023 a RP SCD tem de item significativo sujeito a aplicação de estimativa e premissas a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3. Principais políticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, tanto as receitas como as despesas são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001 do BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Operação de crédito e Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A carteira de crédito é demonstrada pelo seu valor presente, considerando as taxas de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito estão classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração as perdas incorridas observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda). Ainda em cumprimento ao artigo 5º da Resolução CMN nº 2.682/99 e refletindo as operações de crédito individuais da companhia que não ultrapassam o valor de R\$ 50.000, o rating de incurabilidade inicia em nível em A.

Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução CMN nº 2.682/99, a RP SCD constitui também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia interna de avaliação e monitoramento de risco de crédito, considerando bases históricas de pagamentos e perfis dos usuários, periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

A operação classificada como de risco nível H, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, é transferida para prejuízo, com controle em conta de compensação, com o correspondente débito em provisão. A operação classificada em prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança, de acordo com o artigo 7º da Resolução CMN nº 2.682/99.

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, a operação objeto de renegociação é mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuízo é classificada como de risco nível H. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação é apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento. Considera-se renegociação, a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Ativos e obrigações fiscais

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é de 15%. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é composto por estoque de maquininhas de cartão multcredenciadoras (equipamentos), adquiridas em dezembro de 2023, para locação aos usuários da RecargaPay, a fim de que estes sejam credenciados ao sistema de pagamentos, possibilitando o recebimento de suas vendas por meio do pagamento com cartões bandeirados.

São mensurados pelo seu custo histórico e serão deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável (“impairment”). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

A depreciação será calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada do bem, que são de 5 anos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação serão revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas será contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo.

Até 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

h) Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e das provisões são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. A Companhia não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa; e
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, é uma obrigação possível, que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ou uma obrigação presente que resulte de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: não é provável de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a operação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas respectivas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.693/2018 e 4.818/2020.

j) Prejuízo/ Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

k) Outros ativos e Outras obrigações

São classificados os ativos e passivos com saldos transitórios, liquidados nos próximos dias úteis ao fechamento do período ou reclassificados para o adequado grupo contábil, observada a regulamentação específica.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	557	2.169
Total	<u>557</u>	<u>2.169</u>

5. Operações de crédito

a) Diversificação por setor de atividade

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Setor privado	35	-
Outros serviços	35	-
Pessoas físicas	6.559	992
Total	<u>6.594</u>	<u>992</u>

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Diversificação por prazos - por parcela

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito pessoal		
Parcelas vencidas	4.660	12
Até 14 dias	395	3
A partir de 15 dias	4.265	9
Parcelas a vencer	1.934	980
A vencer - Até 03 meses	1.929	781
A vencer - De 03 a 06 meses	5	199
Total	6.594	992
Circulante	6.594	992

b) Composição da carteira por níveis de risco

	31/12/2023							
	%	%						
	Provisão mínima requerida	Provisão Aplicada	Op. vencidas	Op. a vencer	Total	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão total
D	10%	15,00%	-	1.791	1.791	179	90	269
E	30%	49,99%	361	62	423	127	84	211
F	50%	69,99%	368	14	382	191	76	267
G	70%	99,99%	826	53	879	615	264	879
H	100%	100,00%	3.105	14	3.119	3.119	-	3.119
Total			4.660	1.934	6.594	4.231	514	4.745

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2022								
	% Provisão mínima requerida	% Provisão Aplicada	Op. vencidas	Op. a vencer	Total	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão total
D	10%	22,32%	-	965	965	97	118	215
F	50%	69,99%	7	15	22	11	4	15
G	70%	99,98%	4	-	4	3	1	4
H	100%	100,00%	1	-	1	1	-	1
Total			12	980	992	112	123	235

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira de contratos renegociados no período e saldo acumulado corresponde a R\$ 45 (Dezembro/2022 – 0).

6. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(235)	-
Constituição	(4.530)	(235)
Baixas para prejuízo	20	-
Saldo final	(4.745)	(235)
Circulante	(4.745)	(235)

7. Ativos e obrigações fiscais

a) Impostos e contribuições a compensar

O saldo é composto por IRPJ e da CSLL de anos anteriores. São as antecipações dos pagamentos realizadas durante o ano calendário em relação aos valores encontrados no ajuste anual dos tributos e impostos e contribuições a compensar referentes impostos retidos na fonte na prestação de serviço, bem como créditos disponíveis para compensação federal, sem prazo limite.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	-	3
Contribuição social	-	3
Outros	-	1
Total	-	7
Não circulante	-	7

b) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados a serem contabilizados.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	-	190
Contribuição social	-	122
Total	-	312

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ativos fiscais diferidos por haver diferenças temporárias no exercício fiscal atual que não foram contabilizados por não haver estudo que demonstre a expectativa de utilização.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	1.186	74
Contribuição social	712	48
Total	1.898	122

c) Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	-
Impostos sobre Serviços - PIS e COFINS	36	4
IOF	9	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1	2
Impostos sobre Serviços	1	-
Total	78	6
Circulante	78	6

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CS	IR	CS
(Prejuízo) / Lucro antes dos impostos	1.082	1.082	(949)	(949)
<u>Adições:</u>				
Diferenças temporárias - Provisões de despesas	4.447	4.447	299	299
<u>Exclusões:</u>				
Exclusões permanentes - Outras (*)	(1.192)	(1.192)	-	-
Lucro real (Prejuízo fiscal) do exercício	4.337	4.337	(650)	(650)
Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa (30%)	(762)	(762)	-	-
Lucro real após compensação de prejuízo fiscal	3.575	3.575	-	-
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil para IR e 15% para CSLL (16% em 31/12/2022)	25%	15%	25%	16%
IRPJ e CSLL corrente	870	536	-	-

(*) Perdas efetivas com base nos critérios do artigo 367 do decreto 9.580 de 22 de novembro de 2018.

8. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber de sociedade ligadas (nota 11)	204	35
Devedores diversos no país (*)	405	20
Total	609	55
Circulante	609	55

(*) Referem-se a contratos de empréstimos liberados ou pagos no último final de semana e registrados no próximo dia útil.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Outras obrigações

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (*)	207	89
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 11)	158	165
Credores diversos no país	-	3
Total	<u>365</u>	<u>257</u>
Circulante	365	257

(*) Refere-se substancialmente a provisões operacionais.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 20 de outubro de 2020, autorizada pelo BACEN em 08 de outubro de 2021 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2021, com capital social de R\$ 1.500 dividido em 218.750 em ações preferenciais e 1.968.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de agosto de 2022, foi aprovado aumento de capital da RP SCD no valor total de R\$ 3.000, mediante a emissão de 437.318 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., em moeda corrente nacional, na data da AGE. O referido aumento está totalmente subscrito e integralizado e foi homologado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022.

Em 22 de novembro de 2022 o então controlador da RP SCD transferiu o total (100%) de suas ações equivalentes a 1.969, sendo elas ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no valor de R\$ 468,90 (quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) à RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., através de contrato de cessão onerosa de transferência de ações, pelo valor de R\$ 468,90 (quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) em moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 4.501 representado por 65.6.068 ações preferenciais e 1.968.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A distribuição das ações está representada conforme o quadro a seguir:

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	1.968.750	656.068	2.624.818
Total de ações	1.968.750	656.068	2.624.818
Total em Reais	469	4.500.000	4.500.469

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 10 de novembro de 2023, foi aprovado aumento de capital da RP SCD no valor total de R\$ 6.000, mediante a emissão de 874.635 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram totalmente subscritas e serão integralizadas pela RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda. da seguinte forma: (i) R\$ 3.000 serão integralizadas através do recolhimento em títulos públicos federais pela controladora RecargaPay e, (ii) R\$ 3.000 serão integralizadas em até 30 (trinta) dias da autorização do pedido ao Banco Central do Brasil.

Após a integralização acima referida, a distribuição das ações será representada da seguinte forma:

	Ordinárias	Preferenciais	Total
	RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	1.968.750	1.530.703
Total de ações	1.968.750	1.530.703	3.499.453
Total em Reais	469	10.500.00	10.500.469

b) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício social, destinar-se a 5% para a reserva legal até atingir 20% do capital social ou o limite previsto no artigo 193, § 1, da Lei nº 6.404/76. O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Como determinado pelo estatuto social da RP SCD, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não destinou dividendos, em decorrência de prejuízos acumulados.

11. Partes relacionadas

A RP SCD mantém transações em condições específicas com partes relacionadas. Os saldos de operações da Companhia com partes relacionadas são com a controladora RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda., as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação, conforme demonstrado a seguir:

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	30/06/2022
Valores a receber de sociedades ligadas (¹)				
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	204	35	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (²)				
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	(158)	(165)	-	-
Outros ativos financeiros (³)				
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	349	716	-	-
Despesas administrativas (⁴)				
RecargaPay Instituição de Pagamentos Ltda.	-	-	(142)	-

(¹) Refere-se a valores de operações de crédito recebidos dos clientes, por meio do aplicativo da RecargaPay, de direitos da RP SCD, a repassar. A transferência é efetuada em curtíssimo prazo, normalmente em D+1, sem deságio;

(²) Refere-se basicamente a custo compartilhado com a controladora;

(³) Refere-se a adiantamento efetuado para a controladora, a fim de suprir os empréstimos realizados pelos clientes através da plataforma RecargaPay;

(⁴) Refere-se a serviços de agente de liquidação e correspondente bancário prestados pela controladora.

Os administradores da Companhia também são administradores da controladora RecargaPay, onde estão registrados para fins trabalhistas, fazendo jus à remuneração através desta.

12. Provisões, passivos e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 a RP SCD possui 1 processo cível classificado como perda possível, no total de R\$ 1 (Dezembro/2022 – 0).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem depósitos em garantia, processos judiciais ou administrativos de natureza tributária, trabalhista ou cível classificados como provável ou remoto.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Receitas da intermediação financeira

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	5.582	7.706	118
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	33
Total	5.582	7.706	151

14. Despesas de pessoal

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Salários	516	1.501	737
Total	516	1.501	737

15. Despesas administrativas

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Serviços técnicos e especializados	64	172	80
Despesas de serviços de terceiros	108	141	-
Despesas de processamento de dados	68	92	28
Aluguéis	1	4	-
Outras	5	5	-
Total	246	414	108

16. Despesas tributárias

	2º semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	229	316	6
PIS	37	51	1
ISS	6	9	-
Total	272	376	7

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, informamos que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve registro de resultados não recorrentes na RP SCD.

18. Gerenciamento de riscos e de capital

A Gestão de Riscos no grupo RecargaPay é baseada na avaliação do risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A gestão de risco é realizada através de Políticas e procedimentos internos por meio da avaliação das exposições a riscos, tratamentos efetuados para mitigação e aos controles internos realizados pelas áreas responsáveis pelos processos com exposição a riscos. O grupo RecargaPay tem implementado um Comitê Executivo de Riscos, composto pela Alta Administração do Grupo e todos os diretores estatutários para o monitoramento e decisões da gestão de riscos. Os mapeamentos e avaliações são realizados de forma contínua pela área de Riscos e Controles Internos e área de Riscos Financeiros. Nestas avaliações, destacam-se:

a) Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento de riscos operacionais visa a prevenção e mitigação das seguintes falhas: a) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis b) falhas na identificação e autenticação do usuário final; c) falhas na autorização das transações de pagamento; d) fraudes internas; e) fraudes externas; f) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; g) processos judiciais de polo passivo; h) práticas inadequadas relativas a usuários finais (clientes), produtos e serviços gerais e de pagamento; i) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; j) ocorrências que acarretem a interrupção das atividades do grupo RecargaPay ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados; k) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação e l) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do grupo RecargaPay.

O grupo RecargaPay possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade ao exigido na Res. CMN nº 4.557, responsável pela metodologia, políticas e procedimentos relacionados e relatório de gerenciamento de risco operacional.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conforme a governança de gerenciamento de riscos, o monitoramento do Risco Operacional é realizado de forma contínua e integrada com as áreas de negócios e operacionais do grupo RecargaPay.

b) Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas à incapacidade de cumprimento do tomador em relação ao pagamento de suas obrigações financeiras contraídas, de acordo com os prazos e condições contratuais pré-estabelecidas.

Os procedimentos adotados pelo grupo RecargaPay para uma efetiva gestão do risco de crédito estão definidos na Política de Gerenciamento de Riscos, em conformidade com o disposto pela Resolução BCB N° 201/2022, que contempla estratégias claramente documentadas, mecanismos de mitigação de riscos e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela alta administração da instituição.

O grupo RecargaPay, com o intuito de se proteger de perdas relacionadas à concessão de crédito, observa a classificação do cliente e a classificação da operação. Além disso, constitui uma provisão adicional à requerida pela Circular BCB nº 2.682/2013 através de metodologia interna.

c) Risco de Liquidez

É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Os procedimentos adotados pelo grupo RecargaPay estão descritos na Política de Gerenciamento de Riscos que define as diretrizes para a gestão efetiva do risco de liquidez, contemplando definição de processos, plano de contingência e atribuição de responsabilidades das áreas envolvidas.

O grupo RecargaPay utiliza instrumentos de controle de liquidez tais como as projeções dos fluxos financeiros, inclusive intradia, além de um caixa de segurança para controle de liquidez.

As principais características da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do grupo RecargaPay encontra-se divulgadas no endereço eletrônico <https://cnt.recarga.com/assets/documents/estrutura-do-risco-de-liquidez.pdf>.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Gestão de Capital

O processo de gerenciamento de capital do grupo RecargaPay preza pelo contínuo monitoramento e controle de capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos do grupo.

O Conglomerado RecargaPay, apura o requerimento mínimo de patrimônio conforme disposto pela Resolução BCB N° 201/2022. Sendo assim, o grupo RecargaPay utiliza a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5).

Em 23 de fevereiro de 2024 o conglomerado RecargaPay recebeu um ofício do Banco Central do Brasil notificando seu desenquadramento do requerimento de capital para o ano de 2023. Devido à introdução da Instrução Normativa n° 446, divulgada em dezembro de 2023 e à formalização do novo simulador para o cálculo do PRS5, divulgado em janeiro de 2024, contemplando as mudanças recentemente efetuadas pelo BCB, o Conglomerado se viu em um cenário de desenquadramento, conforme demonstrado pela tabela abaixo, sem que o conglomerado pudesse atuar preventivamente.

Conglomerado Prudencial	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio de Referência (PR)	<u>40.705</u>
Ativos ponderados ao Risco (RWA)	<u>540.035</u>
Risco de Crédito (RWA CPAD)	256.517
Risco Operacional (RWA OPAD)	242.851
Risco de Pagamento (RWA SP)	40.667
PR Mínimo Requerido	<u>54.004</u>
Margem PR	<u>-13.299</u>
Índice de Basileia	<u>7,54%</u>

Assim que o Conglomerado teve ciência da sua situação de capital perante a nova norma em vigor, elaborou prontamente um plano de readequação de capital de curto prazo. O plano inclui (i) aporte no montante de R\$ 5.000 pelo acionista controlador indireto RP Brasil Holding Ltda., utilizando recursos próprios, a ser efetivado até 31 de março de 2024; (ii) aporte no montante de R\$ 10.000 pelo acionista controlador indireto RP Brasil Holding Ltda., utilizando recursos próprios, a ser efetivado até agosto de 2024, caso o capital do Conglomerado ainda não estiver enquadrado dentro dos limites regulatórios; (iii) amortização de cotas subordinadas do RecargaPay I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 28 de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 100.000 e (iv) amortização de cotas subordinadas do RecargaPay I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios no montante de R\$ 74.000, reenquadrando assim o capital da conglomerado RecargaPay.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Vale ressaltar que muito do impacto tributário sobre os resultados da RecargaPay são oriundos do descasamento gerado entre os impostos de fato devidos e aqueles contabilizados em razão dos resultados obtidos através das atividades dos FIDCs dos quais a RecargaPay é cotista. Portanto as amortizações extraordinárias de cotas subordinadas do RecargaPay I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, terão efeito imediato no referido descasamento, dado o recolhimento imediato dos impostos sobre as transações pelo valor de fato devido dentro das alíquotas aplicáveis. Estimamos um impacto positivo no resultado de R\$ 32.390 provenientes da amortização das cotas subordinadas dos FIDCs que a RecargaPay IP é investidora, devido a reversão fiscal supracitada. Com isso, a reenquadramento do Patrimônio de Referência do Conglomerado se dará de forma célere.

A Instituição adota um sistema de governança e gestão de riscos em total conformidade com os requisitos estabelecidos na Resolução BCB nº 201/22, seguindo as melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos, contando com estruturas e processos robustos.

19. Outras informações

Em 25 de novembro de 2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução CMN nº 4.966, estabelecendo critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a fim de reduzir assimetrias existentes entre o IFRS 9 e as atuais normas do regulador, como Resolução nº 2.682/99, Resolução nº 3.533/08, Circular nº 3.068/01, Circular nº 3.082/02, entre outras.

Ao longo de 2023 o BACEN emitiu normas complementares, como a Resolução BCB nº 5.100 e Resolução BCB nº 352 que abordam temas direcionados aos itens da resolução ora proposta.

A nova norma altera a maneira como os ativos financeiros são classificados, estabelecendo três categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR). Do lado do passivo financeiro, não houve grandes mudanças nas categorias e prevalece ainda a classificação entre Custo Amortizado e Valor Justo.

RP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A norma introduz também um novo conceito de modelo de perdas de crédito esperadas aplicável aos ativos financeiros. O modelo de perdas de crédito esperadas difere significativamente do modelo de perda incorrida da antiga Resolução nº 2.682/99, uma vez que não é mais necessário que um evento de perda ocorra para que o impairment seja reconhecido. Em outras palavras, não precisa mais haver um evento de perda para iniciar-se o seu reconhecimento.

Em relação a contabilidade de hedge (hedge accounting), a nova norma estabelece critérios para designação e reconhecimento contábil de relações de proteção. Até o momento a RP SCD não possui derivativos financeiros e não faz uso de contabilidade de hedge.

A RP SCD elaborou um plano para implementação da nova norma, aprovado internamente pela diretoria, com as ações que serão tomadas e processo que serão implementados, visando adequação dos processos contábeis da Companhia em relação à abordagem proposta pela Resolução CMN nº 4.966 a serem aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025.

A RP SCD está acompanhando o processo de adoção da norma e os impactos estimados da implementação desta regulação estão sendo avaliados e serão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2024.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 14FD061C283A454AB4360110ECAAF8677

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: DF RP SCD_Dezembro 2023_vfinal_docusign.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 31

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Debora Techima

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Enveloped Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

debora.techima@pwc.com

IP Address: 54.94.245.207

Record Tracking

Status: Original

25 March 2024 | 18:37

Holder: Debora Techima

debora.techima@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

25 March 2024 | 19:19

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Marcelo Teixeira

marcelo.l.teixeira@pwc.com

Partner

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

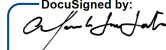
Signer CPF: 04280218757

Signer Role: Partner

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 FADB61853F4948B...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 18.231.224.80

Timestamp

Sent: 25 March 2024 | 18:39

Viewed: 25 March 2024 | 19:18

Signed: 25 March 2024 | 19:19

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Debora Techima

debora.techima@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 25 March 2024 | 19:19

Viewed: 25 March 2024 | 19:19

Signed: 25 March 2024 | 19:19

Witness Events**Signature****Timestamp**

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 March 2024 18:39
Certified Delivered	Security Checked	25 March 2024 19:18
Signing Complete	Security Checked	25 March 2024 19:19
Completed	Security Checked	25 March 2024 19:19

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------